



EMENDAS DE COMISSÕES – 200 milhões para os Serviços de Geologia

Situação do Projeto: Acréscimo – Sequencial: 2247

Localidade Beneficiada: Nacional

Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal

Unidade Orçamentária Pretendida: 32265 – Agência Nacional do Petróleo- ANP

Texto da Emenda: 25.753.0271.2050.0001 – Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural – Nacional

Especificação da Meta: Relatório Elaborado

Quantidade: 13

Acréscimos à programação: (R\$ 1,00)

Fonte 100 GND: 3 – outras de despesas correntes

Modalidade aplicação: 90 - Aplicações Diretas

Valor Acrescido: 200.000.000,00

Cancelamentos Compensatórios

99.999.0999.0999. Reserva de Contingência (emenda de receita/reserva Geral)

fonte 100 GND: 9 – Reserva de Contingência

Modalidade de aplicação: 99 –

Valor deduzido: 200.000.000,00

Justificativa:

A política energética nacional, nos termos do artigo 1º da Lei 9.478/97 e por meio da Resolução nº 8, de 2003, do CNPE, determina que o Brasil deve buscar a auto-suficiência e manter a relação reserva-produção. A mesma foi alcançada em 2006, mas é necessário que novas reservas sejam descobertas para que a auto-suficiência seja sustentável além de 2010-2012, sem prejuízo para a relação reserva-produção.

A Agência vem intensificando seus esforços no sentido de viabilizar a aquisição, integração, interpretação e reinterpretação de dados geológicos e geofísicos e a modelagem de bacias sedimentares. Essa atividade tem por objetivo demonstrar o potencial exploratório das áreas a serem licitadas.

Ainda assim somente 3% da área sedimentar brasileira com interesse para petróleo estão sob concessão e apenas 9 das 29 bacias sedimentares com interesse exploratório são produtoras de óleo e gás natural. Ressalte-se que existe um período entre 5 e 10 anos a partir do momento em que há uma descoberta comercial até o início da produção, de modo que das licitações de hoje depende a manutenção futura da auto-suficiência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Federal **ROSE DE FREITAS**

Os resultados obtidos com as rodadas de licitação tem, além dos impactos de longo prazo decorrentes do esforço exploratório, outros mais imediatos ligados a atração de novas empresas para o país, o pagamento dos Bônus de Assinatura, a definição de conteúdo mínimos locais de aquisição de bens e serviços. Só em Bônus a 7ª Rodada arrecadou R\$ 1,1 bilhão, com uma estimativa mínima de investimentos de R\$ 1,7 bilhão por parte das novas concessionárias nos próximos 6 anos. Além disso, os investimentos realizados na exploração e produção de petróleo e, posteriormente, o pagamento de Royalties e Participações Especiais trazem enormes benefícios para a economia de Estados e Municípios.

Para tal, os estudos de Sistemas petrolíferos, de geologia e geofísica, de dados sísmicos, geoquímicos e dados Aerogravimétricos, programados para 2007 e já em processo de licitação, têm por objetivo viabilizar a oferta de setores na nona Rodada de Licitações. A inexistência de dados sísmicos migrados de bacias terrestres é hoje um dos fatores mais críticos para a oferta competitiva de setores em bacias maduras e bacias interiores.

A impossibilidade de executar estas atividades, resulta na perda gradativa de atratividade das áreas oferecidas nas próximas rodadas de licitações.

Note-se que a receita da Participação Especial e Royalties é calculada com base na produção, e que a perda de atratividade das rodadas de licitações, pela ausência dos estudos necessários para valorizar as bacias, cria uma tendência de estagnação ou queda dessa receita no futuro, o que também é prejudicial aos cofres públicos nas três esferas de poder.

É importante lembrar que os contratos em fase de produção, são responsáveis pelo pagamento de Royalties e Participações Especiais à União e a 10 Estados e a cerca de 800 Municípios. Essas receitas tem significado melhoria da qualidade de vida e dinamização econômica das unidades beneficiadas.

A perda de atratividade das áreas oferecidas, poderá, ainda, impactar negativamente nossa capacidade de repor reservas e manter a auto-suficiência na produção, em decorrência da impossibilidade de executar a política energética nacional que prega a intensificação das atividades exploratórias. Mesmo um tardio investimento elevado em estudos e serviços de geologia e geofísica nos próximos anos pode não ser suficiente para recuperar o tempo que está sendo perdido com a falta de investimentos de 1998 até 2004, e reduzidos em 2005 e 2006. Como as atividades de exploração tem um tempo de maturação lento, com resultados de longo prazo, a retomada imediata dos investimentos é absolutamente imprescindível.

Assim, a realização dessas atividades depende do acréscimo de R\$ 200 milhões, aos valores constantes da PLOA.


ROSE DE FREITAS

Deputada Federal PMDB/ES